

ADMINISTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO NA GUINÉ-BISSAU

Francisco Tugna Nhaga¹
Alexandre Oliveira Lima²

RESUMO

O presente trabalho aborda assunto ligado a patrimônio público, especificamente administração dos bens públicos na Guiné-Bissau e em especial os bens tangíveis, com objetivo de descrever a situação em que se encontra a gestão dos bens públicos. Este trabalho foi desenvolvido no período da pandemia do novo corona vírus, nela, está contido uma abordagem qualitativa de cunho descritivo. Considerando o contexto pandêmico, para coleta de dados, foi utilizado a pesquisa bibliográfica e, internet serviu como um meio para acessar as informações documentais, começando pela constituição da república, diplomas que regulamentam os bens públicos e os dispositivos que as instituições usam para gestão dos bens. Assim, a pesquisa revela parcialmente que, existem vários diplomas aprovados antes da independência, mas que ainda estão sendo usados para gestão dos bens públicos, inclusive o regulamento do almoxarifado público aprovado em 31 de outubro de 1960. Também Existe várias infraestruturas públicas nas diferentes partes do país abandonadas com um grande valor cultural, histórico e arquitetônico, que se encontram num estado de degradação profunda sem nenhuma política que visa a sua manutenção, recuperação, conservação e proteção, por outro lado, o estudo mostra que, o país carece de profissionais qualificados no que tange a gestão do patrimônio público. Ao nível municipal, apesar de a Lei nº 5/96 (Lei-base das Autarquias Locais) deu a competência às câmaras municipais de administrar, conservar, preparar e manter atualização do cadastro dos bens e alienar os que se tornem dispensáveis, as autarquias ainda não é uma realidade.

Palavras-chave: Guiné-Bissau Bens-Públicos Administração .

UNILAB, ICSA, Discente, franyxnhaga@gmail.com¹
UNILAB, ICSA, Docente, alexandrelima@unilab.edu.br²

